



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

DIMENSÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUANA DE SOUZA SIQUEIRA¹

GLÁUCIA LELIS ALVES²

MARIA ANGELICA SILVA³

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de discutir a formação acadêmica e a importância do estágio na compreensão do trabalho profissional. Apresentaremos nesta discussão: a importância do fórum local de estágio; o debate sobre a dimensão didático pedagógica do estágio no processo de formação profissional; os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado e suas atribuições; o funcionamento da coordenação de estágio; a relação entre estágio e extensão; e os desafios encontrados pela coordenação de estágio e pela coordenação de extensão e as possibilidades de enfrentamento. E por fim, as demandas dos supervisores de campo e estagiários nos anos de 2014 e 2015.

Palavras-chave: Estágio; formação; trabalho profissional

DIDACTIC-PEDAGOGICAL DIMENSIONS OF THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL SERVICE

Abstract: This work aims to discuss the academic training, and the importance of the training course on understanding of professional work. We will present in this discussion: the importance of the local forum of internship; the debate about the didactic dimension stage in pedagogical vocational training process; the subjects involved in the supervised internship and its mission; the functioning of the coordination of training; the relationship between training and extension; and the challenges met by the coordination of training and for coordinating long and the possibilities of confrontation. And finally, the demands of field supervisors and interns in 2014 and 2015.

Keyword: Internship; training; professional work

1-INTRODUÇÃO

As reflexões aqui propostas serão feitas com a finalidade de discutir a formação acadêmica e a importância do estágio na compreensão do trabalho profissional. Aprofundando a necessidade de uma política orgânica (política local de estágio) que articule os conteúdos a serem apreendidos e as

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <luanass81@yahoo.com.br>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

estratégias político-pedagógicas de ensiná-los de modo que a articulação entre o conhecimento discente, docente e profissional possibilite desvelar a realidade social e as necessidades efetivas do ser social, bem como, no movimento do real, suas dimensões estruturais e conjunturais e como se processam as novas solicitações da sociedade, que precisam fundamentar-se na convicção de que a educação e a formação permanente são um nexo articulador e promotor da crítica, auxiliando, sobretudo, aos discentes, às condições de compreensão e futuro desempenho do exercício profissional.

Apresentaremos nesta discussão: o debate sobre a dimensão didático pedagógica do estágio no processo de formação profissional; os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado e suas atribuições; o funcionamento da coordenação de estágio; a relação entre estágio e extensão; a importância e os objetivos do fórum local de estágio; as estratégias e os desafios encontrados pela coordenação de estágio e pela coordenação de extensão, permeadas pelas possibilidades de enfrentamento.

2- Desenvolvimento

O debate sobre a dimensão didático pedagógica e o estágio na formação profissional

Na problematização sobre didática é fundamental abordar os conceitos de *forma* e *conteúdo*. Embora *forma* e *conteúdo* se relacionem, não tratam essencialmente da mesma coisa. Se *forma* é, por um lado, a maneira como se expressam aparentemente o *conteúdo*, por outro lado, é a expressão parcial do mesmo, isso não quer dizer que é menos importante, pelo contrário. *Forma* é um recurso de apresentação de um determinado conteúdo, no caso educacional se apresenta enquanto um elemento da didática. Contudo, *forma* não é mera apelação técnica isenta de conteúdos, política, cultura e etc. *Forma* é a apelação técnica imbuída de opções teórico-metodológicas e projetos societários. Na escolha da *forma* há uma escolha teórico-metodológica, de valores éticos e políticos. Assim, numa perspectiva de ruptura com o positivismo, a compreensão da *forma* se afasta da concepção restrita de

técnica ou de mecanismos pragmáticos e se aproxima do *conteúdo*. A *Forma*, enquanto conceito se apresenta enquanto metodologia de ação, ou expressão, em uma relação direta com o *conteúdo*, mesmo que a natureza de ambos seja distinta.

A *forma* pode mudar em função do *conteúdo*. Mas o *conteúdo* não muda em função da *forma*. Para Lukács (1978), a forma importa, mas o que dimensiona o caráter da obra é a sua objetividade, é o seu conteúdo. Nesse sentido a didática é a *forma* de ensinar dotada de um *conteúdo*, o que deve ser ensinado, representando opções e valores, isenta de qualquer possibilidade de neutralidade.

O *conteúdo* é a síntese da elaboração intelectual de um determinado conhecimento, também dotado de escolhas políticas, opções éticas, valores, cultura e concepções de mundo. Sobre um mesmo fenômeno ou evento social há diferentes interpretações e distintos resultados pesquisas e produções de conhecimento. A opção por uma determinada interpretação não é neutra, mesmo que não seja de plena consciência.

Assim, numa sociedade de classes, com seus interesses em disputa, *forma* e *conteúdo* são também opções de classe e postura política. E como nessa sociedade de classes *exploração* e *opressão* se complementam e se legitimam, uma determinada escolha por certo *conteúdo* e certa *forma* é dotada de posturas e posicionamentos éticos e políticos, com graus distintos de consciências. Nessa perspectiva, *forma* e *conteúdo* podem se apresentar nas mais variadas formas de opressão *racista, machista, sexista, homofóbico, facista, misógino*, entre outras *etc.*

Com isso podemos entender que o ensino e a produção de conhecimento, nessa sociedade, são espaços de disputas. E nesse sentido, a didática também é uma arena de disputas, desde a eleição dos conteúdos à resistência na manutenção dos processos pedagógicos críticos:

A Pedagogia Crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenreda a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir a questão educacional. (SAVIANI, 1991, p.103)

A dimensão didático-pedagógica configura um conjunto de escolhas tanto da *forma* quanto do *conteúdo* que vão definir as características, a qualidade e a perspectiva da formação. E essas escolhas não são consensuadas, no âmbito da luta de classes são disputadas. Assim *o trabalho educativo é “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”* (SAVIANI, 1991, p 21).

A formação profissional, assim como todo processo educacional na sociedade capitalista, é contraditória, pois possibilita tanto a dissimulação por parte da classe dirigente quanto a sua disocultação por parte dos dirigidos; e também pela possibilidade de ruptura com um saber ocultador e pela coexistência de práticas pedagógicas que coíbem a crítica. O processo educativo é permeado pela luta de classes e tomada de consciência. A difusão de uma formação mais crítica tende a tencionar a passividade e pode ser assumida como ação política e coletiva de compromisso e coerência com os valores éticos do código de ética de 1993.

Nessa unidade de ensino tem se firmado o compromisso com o projeto ético político da profissão, reforçando seus princípios e valores na organização curricular e nas práticas pedagógicas, isso não sem problemas, limites, equívocos, contradições e insuficiências. Não obstante nenhuma prática pedagógica se distancia dos processos históricos e conjunturais.

Sabe-se que a Universidade pública vem sofrendo sérios desmontes com consequências severas para a formação. A falta de verbas (nossa escola tem o orçamento menor da universidade contando anualmente com 120 mil reais), a precarização das instalações por falta de investimentos, terceirização impactando na segurança e direitos dos trabalhadores, assim como marcando insuficiência no atendimento das demandas institucionais, defasagem salarial impactando na satisfação dos servidores federais, a pressão pelo aligeiramento da formação, números insuficientes de bolsas de estudos de monitoria, pesquisa e extensão, parca e reduzida assistência estudantil impactando na qualidade e permanência de discentes – na graduação e pós-graduação, na universidade, ausência de creches para filhos de trabalhadores e estudantes

da instituição, sistema de alimentação insuficiente incidindo no alto custo financeiro de permanência na universidade, insegurança e exposição a atos de violência no campos, entre outros tantos problemas.

As opções políticas e econômicas da gestão dos recursos orçamentários em âmbito nacional estão longe de contemplar a universidade pública, prejudicando seu caráter público, de qualidade e produtora de conhecimento socialmente referenciado, e se aproximam de um projeto privatista de cursos pagos e prestação de serviços.

Contudo, esse contexto não permeia apenas as universidades como também outras instituições públicas prestadoras de serviços e políticas sociais. A ofensiva neoliberal impacta o mundo do trabalho, tanto nas condições e direitos trabalhistas quanto em todas as formas de reprodução material, social, cultural do trabalhador. O espaço sócio-ocupacional e as relações trabalhistas do assistente social sofrem também com essas precarizações, incidindo das mais diferentes formas na profissão.

Os cursos de formação a distância de muitas carreiras tem ludibriado um conjunto de pessoas que pagam por uma formação de baixa qualidade e credibilidade, além de intensificar e precarizar o trabalho docente. No serviço social o impacto do crescimento de universidades privadas e do ensino à distância é na qualidade da formação e no projeto profissional, porque o mercado educacional defende e difunde outros princípios e valores da, e na formação, estimulando e espraçando uma falsa cisão entre estudantes e profissionais formados a distância ou presencialmente. É fato que o ramo empresarial da educação identificou há anos o potencial lucrativo dos cursos a distância e de curta duração e com isso têm investido massivamente neste campo, promovendo distintas disputas entre cursos públicos e privados.

O estágio é uma atividade de importância fundamental na formação profissional e tem sofrido forte impacto frente a essa disputa, visto que universidades privadas oferecem contrapartida em remuneração de diferentes formas a gestores e profissionais da instituição que cedia estágio, promovem restauração e reforma de instalações, compra de equipamentos para instituição e para profissionais, bolsas de pós-graduação *stricto sensu* para profissionais

que acolhem seus estudantes, ou ainda aderem em seu corpo docente assistentes sociais que são supervisoras de campo de alunos da faculdade que os contratam. Com isso se estabelece uma concorrência desleal nas aquisições de campos de estágio em instituições públicas e privadas.

A precarização e a burocratização dos serviços e políticas sociais também estão crescentemente diminuindo a autonomia e criatividade na intervenção profissional, assim como impactam nas condições de trabalho e nos salários dos assistentes sociais, que estão sendo compelidos ao pluriemprego, à intensificação da jornada de trabalho com preenchimento de formulários e cumprimento de metas, incidindo na qualidade do serviço prestado.

É frente a este contexto que estamos propondo a discussão sobre a formação profissional de qualidade que envolve necessariamente o acesso, permanência na universidade e a conclusão do curso. No caso particular do serviço social, tem sido o acesso ao estágio um dos fatores que comprometem a conclusão do curso e/ou incidem na integralização das disciplinas nos períodos correspondentes, incidindo na qualidade da formação. Esse tema ainda tem que ser melhor investigado/problematizado, quantos alunos não concluem o curso de serviço social porque não conseguem estágio? E quantos alunos não estão no período correspondente em relação ao seu ingresso por conta da não inserção no estágio? Problematizar esses elementos é fundamental para não incorrer em armadilhas de imputar ao estágio, de modo restrito, a dificuldade de permanência das/os discentes na universidade, sem articular a análise a uma necessária política de acesso e permanência nas universidades; e, de construir propostas aligeiradas para solucionar tais problemas, como, a redução da carga horária de estágio e a falsa “flexibilização” das condições éticas e técnicas do processo de supervisão.

A implementação da política de estágio: coordenação de estágio e coordenação de extensão

A política de estágio da Unidade de Formação Acadêmica em questão pauta-se pelos marcos político-normativos que compõem a formação

profissional em Serviço Social, consubstanciadas, sobretudo na Política Nacional de Estágio, e referenciadas nas seguintes legislações: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008.

Dessa forma a política de estágio desenvolve-se considerando uma intrínseca relação entre estágio-pesquisa-extensão, de modo não hierarquizado. A Coordenação de estágio e Coordenação de extensão são exercidas por docentes e definidas por regime de votação ou indicação da Direção. Além das coordenadoras conta com 3 assistentes sociais, 1 socióloga (que atua precisamente na extensão), técnico-administrativos que atuam com o secretariado e atendimento direto aos estudantes, estagiários e extensionistas, assistentes sociais supervisores de campo. Os **projetos de extensão vigentes** são: Centro de cidadania; Lutas em cena; Curso de Supervisores e Projeto de Assessoria via extensão universitária. São desenvolvidos como **Projetos de pesquisa**: O perfil dos diferentes sujeitos de estágio: Estudante e Supervisor de Campo; Sistematização das demandas do Supervisores de Campo com relação a Unidade Formadora; Levantamento de estudantes em situação de risco e trancamento de matrícula por impossibilidade de cursar estágio.

Ações político-pedagógicas

As ações político-pedagógicas são desdobramentos dos resultados das pesquisas e ou/demandas apresentadas pelos sujeitos envolvidos no estágio supervisionado. Assim, a coordenação de estágio e extensão vem realizando uma série de espaços de debates e acompanhamento regular aos campos de estágio, através de iniciativas:

1- Programa de “**Assessoria via extensão universitária**”, com a realização de oficinas sobre supervisão de estágio nas instituições. Esse projeto surgiu a partir das seguintes demandas: acompanhar os campos de estágio e ampliar e abrir novos campos.

2- Planejamento e implementação dos “**Colóquios**” **temáticos**, elaborados a partir das respostas das fichas de avaliação de supervisores de campo de estagiários da nossa coordenação.

Todo semestre o Supervisor de Campo avalia o estagiário a partir de uma ficha de avaliação, que possui um espaço para sugestões de temas e ações a serem contemplados. Os estagiários fizeram o levantamento de 2014/2 e 2015/2 e concluíram que o tema mais demandado pelos assistentes sociais para ser contemplado pela formação acadêmica foram, em 2014/2: legislações específicas da área de atuação, e principalmente sobre as técnicas e instrumentos de trabalho no atendimento ao usuário, contrastando com a pouca preocupação quanto à qualidade na formação teórico-crítica, também há um grande número de supervisores que não responde. No semestre de 2015/1, a preocupação dos supervisores de campo foi com a necessidade de maior aproximação da universidade com os campos de estágios, e seguiu a mesma tendência de grande número de supervisores que não responde.

A proposta de projeto de intervenção dos estagiários da coordenação de estágio foi a proposição de colóquios com os temas referentes a demanda sobre o ensino dos instrumentais. As atividades do Colóquio foram: a imediatividade na prática profissional do assistente social e a dimensão técnico-operativa; dimensão técnico-operativa e os instrumentais; o trabalho do assistente social na extensão/ atribuições e competências profissionais; os elementos de elaboração/construção do projeto de intervenção do assistente social.

O Curso para supervisores, que é ofertado na unidade há 10 anos também passou por redefinições de formato e conteúdo e iniciou a nova turma a partir de abril. Com aulas expositivas e promoção de oficinas de debate e realização de pesquisas de opinião com os supervisores de campo, para identificar perfil do supervisor, avaliar a implementação da PNE nos campos de estágio. Nesse curso de supervisores trabalhamos com uma ementa mais direcionada a conteúdos dos fundamentos da profissão e a prática profissional. E com isso debatemos sobre as demandas profissionais, requisições

institucionais e atribuições do serviço social. Está acontecendo aos sábados e contemplou 75 assistentes sociais.

4- Curso de Extensão sobre a prática profissional, com o objetivo de realizar atualização profissional relacionada ao processo de gestão e implementação de políticas públicas e sociais; a importância da pesquisa, do planejamento e dos projetos de intervenção profissional; a ética no processo de trabalho profissional e as atribuições e competências profissional.

5- Vagas de estágio para aluno sem disponibilidade em dias de semana. A Coordenação de estágio e Extensão vem se deparando há alguns anos com dificuldades de vagas para final de semana e um número importante de estudantes que estão perto de integralizar o curso e ainda não estão inseridos em campo de estágio. Assim, logo que a nova coordenação assumiu a gestão realizou uma pesquisa via questionário, em que os alunos foram convocados para preencher um formulário, com os estudantes que ingressaram até 2012.1 e ainda não se encontram cursando o estágio.

Dentro do universo de 40 estudantes que se apresentaram junto a Coordenação de Estágio e Extensão para responder a pesquisa, 18 estudantes já conseguiram estágio até o semestre de 2015.2. Foi constatado que até 2015.1, 2 estudantes que preencheram a pesquisa, ainda não estavam aptos para ingressar em campo de estágio, pois não cursaram a disciplina de Ética Profissional. Dos 20 estudantes ainda sem estágio, 13 possuem disponibilidade durante a semana, enquanto 7 estudantes durante o horário noturno ou final de semana. Desses 13 estudantes, 9 nunca participaram de seleção de estágio. E dos 20 estudantes sem estágio 11 não possuem cadastro no banco de dados da CEE, dificultando o acesso dos mesmos a oportunidades ofertadas no mural de estágio.

Uma das grandes dificuldades da Coordenação de Estágio e Extensão é ter controle do número de alunos que não conseguem estágio e quantos alunos estão atrasando a integralização por conta de não conseguir se inserir em estágio. Uma das soluções possíveis é que todos os estudantes se cadastrem no site da Coordenação de estágio e Extensão para que possam ter maior acesso as informações e a equipe possa acompanhar os motivos desses

estudantes estarem sem estágio. Muito provavelmente os estudantes que só podem fazer estágio no final de semana, ao não encontrar essa oferta desistam de se cadastrar, mas o cadastro é relevante em todos os casos.

A coordenação de estágio e extensão vem fazendo força tarefa para inserir os alunos com dificuldades de integralizar o curso em estágios noturnos e de final de semana, seja tentando convênios com instituições que tenham profissionais que atuam em finais de semana ou a noite, seja promovendo projetos de extensão que absorva estagiários, vide o projeto de assessoria.

A importância e os objetivos do fórum local de estágio

A proposta do fórum local de estágio é uma tentativa de construir coletivamente, com os sujeitos envolvidos nas atividades de estágio supervisionado, estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares, sobretudo no que se refere à Política Nacional de Estágio da ABEPSS, trata-se de um esforço coletivo de discussão e sínteses das particularidades do estágio supervisionado dessa unidade de formação acadêmica, em apontar desafios, limites, equívocos, acertos, potencialidades e sugestões para que possamos consolidar PNE e fortalecer o processo de formação profissional.

Nessa perspectiva cabe destacar os princípios norteadores dessa articulação, promovida pelo fórum, a partir da PNE: a unidade entre formação e exercício profissional; a indissociabilidade no estágio entre supervisão de campo e acadêmica: articulação entre Universidade e Sociedade; a interdisciplinaridade de diferentes categorias profissionais, num processo coletivo de trabalho; articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Parte-se do pressuposto de que esses princípios se consubstanciam no processo de ensino-aprendizagem construído nas experiências do estágio supervisionado obrigatório e não-obrigatório, bem como, materializa-se por meio de um conjunto de ações que envolvam a capacitação permanente de supervisores, a articulação de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o

aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de seminários e oficinas.

Ressalta-se que o fórum é um importante espaço de formação permanente para os profissionais supervisores de campo, bem como a produção de conhecimento e socialização das experiências de estágio efetivadas em diferentes e diversificados campos de estágio e unidades acadêmicas. Assim, após esse fórum devemos agendar oficinas para problematizar algumas temáticas, dentre elas: o papel dos diferentes sujeitos envolvidos no estágio supervisionado e os conteúdos, saberes e técnicas que devem ser contemplados nos programas da supervisão acadêmica e na supervisão de campo.

O nosso objetivo é de construir uma agenda coletiva de compromissos entre os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado tendo em vista o contínuo debate ético-político sobre os desafios da formação e exercício profissional, tendo como referência a PNE, na tentativa de adensar o debate e elaborar uma política de estágio própria.

Assim como: consolidar a Comissão de Estágio, com representação docente, discentes e profissionais; construir uma agenda de trabalho para discutir e definir atribuições e responsabilidades dos diferentes sujeitos envolvidos no estágio supervisionado; organizar e definir temas para o próximo Fórum Local de Estágio e a periodicidade de supervisão integrada; Apresentar o calendário da disciplina de OTP para todos os presentes; propor dinâmica com os presentes para debater as atribuições dos sujeitos envolvidos; traçar estratégias para consolidar a PNE na unidade acadêmica; realizar um levantamento sobre as condições de realização do estágio, a partir das demandas apresentadas pelos discentes, docentes e assistentes sociais.

Para realizar os nossos objetivos estamos nessa coordenação de estágio organizando uma pesquisa sobre o perfil dos sujeitos envolvidos no estágio, mapeando as demandas, acadêmicas e profissionais, e as necessidades, didático-pedagógicas, para a realização do estágio supervisionado. Os resultados da pesquisa norteiam as seguintes ações:

- Aplicação e tabulação de um pequeno questionário sobre as condições de realização de estágio e supervisão acadêmica. A partir das atribuições dos sujeitos envolvidos no estágio supervisionado da PNE, perguntar se é possível cumprir com tais orientações, ou não e o por quê?
- Mapeamento de dados concernentes a: condições éticas e técnicas de operacionalização da política de estágio (estágio obrigatório e não obrigatório, quantidade de discentes por supervisor de campo, quantidade de discentes por profissional, organização das áreas temáticas de estágio, estrutura da coordenação de estágio, dentre outros)
- Estudo do perfil do discente inserido em estágio: condições socioeconômicas (trabalho, renda, moradia, etc) participação política, acesso à política de assistência estudantil, dentre outros dados. Estudo do perfil dos supervisores de campo e acadêmico.
- Mapeamento junto aos supervisores de campo sobre condições de trabalho, demandas por formação continuada, estratégias de fortalecimento da política de estágio em consonância com as diretrizes curriculares.

O resultado desse processo deverá se converter em relatórios e documentos balizadores da construção de estratégias de fortalecimento das diretrizes curriculares no que concerne à PNE, assim como temas para serem debatidos nos fóruns regional e nacional de estágio, além de subsidiar a pauta do próximo fórum local.

Os desdobramentos Fóruns Locais de Estágio

As sínteses obtidas no fórum e seus desdobramentos serão elementos de discussão no fórum regional com representantes da ABEPSS, movimento estudantil, assistentes sociais supervisores de campo, e representantes das UFAs da região com o objetivo de fortalecer, acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares e da PNE na região, os debates e avaliações das situações acadêmicas das UFAs também sugerirão pautas, problematizações e questionamentos para o Fórum Nacional de Estágio.

Nessa dinâmica é que se insere o processo de articulação do fórum regional de estágio. O fórum constitui-se em um espaço político-pedagógico de

interlocução entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação e exercício profissional, e compõe-se de docentes, supervisores/as acadêmicos (as), supervisores/as de campo, coordenação de estágio, estudantes/estagiários, representação do CRESS, com coordenação da ABEPSS, dentre outros. É também um espaço de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do estágio supervisionado, além de se constituir em um momento propício para fomentar as trocas de experiências e discussões que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes das diversas UFAS da região.

2- Considerações Finais

Os desafios encontrados pela coordenação de estágio e pela coordenação de extensão e as possibilidades de enfrentamento.

1-Ampliação das vagas de estágio;

Ações possíveis: ampliação do projeto de assessoria, ampliação de convênios institucionais, agilização dos convênios das instituições com a universidade através de estabelecimento de acordos de cooperação, monitoramento e renovação de convênios em finalização ou já finalizados.

Complicadores: Forte disputa com universidades privadas que oferecem contrapartidas, intensificação do trabalho do assistente social, a percepção que a supervisão do estagiário amplia a sobrecarga de trabalho.

2- Maior aproximação com o campo de estágio,

Ações possíveis: promoção visitas institucionais ao campo e atividades na Escola de Serviço Social; organização de supervisores acadêmicos na distribuição de campos para visita, evitando que alguns campos sejam reiteradamente visitados e outros com pouca ou nenhuma visita.

Complicadores: sobrecarga de trabalho docente e ausência de infraestrutura para viabilizar essas atividades

3- Consolidar a importância do estágio na formação e ampliar o interesse no desenvolvimento de atividades de supervisão acadêmica e de campo.

Ações possíveis: divulgar a importância pedagógica das atividades de supervisão; tornar atribuição dos assistentes sociais que ingressarem como servidores na universidade a atividade de supervisão; pontuar a supervisão de campo nos currículos submetidos a seleção de docentes e para pós-graduação etc. Oferecer disciplinas eletivas de supervisão de campo.

Complicadores: baixa disponibilidade docente para a supervisão acadêmica.

4- Garantir o curso das disciplinas necessárias correspondentes ao nível de estágio.

Ações possíveis: articulação com a secretaria de graduação e a COAA; orientação dos alunos e explicitação do cumprimento da grade curricular com organização e articulação de disciplinas de estágio articulada com avaliação de indicadores e planejamento e projeto.

Complicadores: situação de alunos que não encontram estágio, ou vem transferidos de outra universidade ou curso.

5- A integralização do curso em tempo regular, sem atraso ou retenção de estudantes.

Ações possíveis: ampliação de oferta e estágio, acompanhamento de alunos concluintes da disciplina de ética profissional.

Complicadores: acompanhar grande número de estudantes

6- Articular as novas requisições profissionais com a formação

Ações possíveis: Consolidar as diretrizes curriculares da Escola que apresenta como ementa do Núcleo temático a abordagem de conteúdos e saberes demandados pelos campos de estágio. Complicadores: desconhecimento do projeto pedagógico da escola por parte de alunos e docentes, entre outros.

7- Consolidar a relação entre estágio e extensão: a Coordenação de estágio e extensão desenvolve o trabalho de captação de vagas de estágio, através de projetos de assessoria, e divulgação através do Mural de estágio. Também organiza um curso de aperfeiçoamento profissional voltado preferencialmente para assistentes sociais supervisores. Sistematiza e organiza a política de extensão e desenvolve os projetos de extensão junto aos

movimentos sociais. Ainda seguimos amadurecendo sobre o estágio na extensão.

Nessa realidade particular, desenhada acima, e em uma conjuntura de ataques cada vez mais severos aos serviços públicos e direitos sociais que convidamos estudantes/estagiários, supervisores acadêmicos e supervisores de campo para discutir conosco a Política de estágio que queremos na e para a formação profissional.

Referências

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, maio 2010. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf

ABEPSS e CFESS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade nº 108, p.785-802, out/dez. Seção Polêmicas e Debates. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/03). Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social.** Código de Ética do/a Assistente Social.. Brasília:CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social.** Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior.** Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br>.

LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.